

**Parecer Técnico**

Análise do pedido de renovação de Licença de Instalação e emissão de Licença de Operação

PT Nº: 114485 / GRUH / CPLRS / SUIMIS /  
2018Processo Nº: 68432/2010  
Data do Protocolo: 01/01/2010**INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO****Interessado**

- Nome / Razão Social: Consórcio Intermunicipal de Desenv. Econ., Social, Amb. e Turístico do Complexo
- CPF/CNPJ: 08.979.143/0001-07
- Endereço: Rua dos Estados, n. 657 - Edifício do Terminal Rodoviário, Sala 06 B, Jardim Santa Maria. - CEP: 78.285-000
- Município: São José dos Quatro Marcos - MT

**Propriedade/Obra ou Empreendimento:**

- Denominação: Consórcio Intermunicipal Nascentes do Pantanal.
- Localização: BR 158 no sentido à Canarana pela MT 414 a 5km do centro da cidade - CEP: 78690-000
- Município: Nova Xavantina - MT
- Coordenada Geográfica: DATUM: SIRGAS2000 - W: 52:26:33,89 - S: 14:35:24,00

**Responsável Técnico:**

- Nome / Razão Social: RUTHE BARBOSA DE OLIVEIRA G. RANGEL
- Formação: Engenheiro Sanitarista - CREA : 11165D

**Atividades Licenciadas:**

- Atividades de Infra-estrutura - ATERRO SANITÁRIO

Não foi associado roteiro a este processo.

**ANÁLISE TÉCNICA****1 - PROJETO PROPOSTO**

Trata-se da instalação de um complexo de destinação e disposição de resíduos sólidos contendo aterro sanitário, usina de compostagem, central de triagem de resíduos recicláveis, autoclave para tratamento de resíduos de serviços de saúde e unidades de apoio localizado no município de Mirassol do Oeste / MT com proposta inicial para recebimento dos resíduos de Araputanga, Curvelândia, Indivaí, Mirassol do Oeste e São José dos Quatro Marcos.

**2 - HISTÓRICO DO PROCESSO**

Em 30 de junho de 2011 foi emitido o Parecer Técnico nº 51618/CIE/SUIMIS/2011 recomendando a emissão da Licença de Instalação para Aterro Sanitário para Resíduos Sólidos Domiciliares, Oficina Mecânica, Unidades de Triagem, Compostagem e Autoclave a ser implantado na cidade de Mirassol D'Oeste. Na ocasião, em 30 de junho de 2011, foi emitida a Licença de Instalação nº 59539/2011 com período de vigência de 30 de junho de 2011 a 29 de junho de 2014.

Em 30 de junho de 2011 foi emitido o Ofício nº 77166/CIE/SUIMIS/2011 complementando o processo de licenciamento ambiental com uma relação de pendências que serão analisadas por esse Parecer Técnico quando ao cumprimento das mesmas para renovação da Licença de Instalação.

Em 08 de julho de 2011 foi apresentada pela Associação dos Analistas de Meio Ambiente da SEMA/MT um questionamento quanto a emissão das Licenças Prévia e de Instalação sem a prévia emissão da Outorga de diluição de efluentes a qual foi respondida pelo Despacho nº 350/1011/CGRS/SUIMIS/SEMA-MT. O Despacho conclui pela manutenção das Licenças face as diversas alternativas de destinação do efluente e / ou sua recirculação.

Em 11 de julho de 2011, sob protocolo nº 535835/2011, foram apresentadas as respostas em atendimento ao Ofício nº 77166/CIE/SUIMIS/2011, as quais serão analisadas nesse Parecer Técnico.

Em 12 de julho de 2011, sob protocolo nº 538571/2011, foi apresentada uma atualização à planta de layout do complexo onde foi verificado o recuo do Sistema de Tratamento de Efluentes, respeitando uma distância de 200 m em relação ao Córrego Pindaíba, localizado na parte inferior da área. Página no novo layout: 909; Página do layout antigo: 559.

Em 21 de outubro de 2011 o processo recebeu a juntada da cópia do processo nº 657544/2011 de 29 de agosto de 2011 onde o Ministério Público do Estado de Mato Grosso solicita informações quanto ao descumprimento da Portaria nº 012/2010 sobre a necessidade da obtenção da Outorga de diluição de efluentes antes da solicitação de Licença Prévia e o Parecer Técnico nº 54692/GRUH/CGRS/SUIMIS/2011 que opina pela resolução do questionamento em uma análise jurídica por não se tratar de uma questão técnica que inviabiliza a instalação do empreendimento.

Consta no processo de licenciamento ambiental a Decisão nº 01/SQA/SEMA/2012 que opina pela manutenção das licenças visto que o empreendimento não utilizará o Córrego Pindaíba para diluir efluentes tratados, dispensando a necessidade de haver a Outorga de diluição de efluentes, portanto, não sendo aplicável a Portaria nº 012/2010.

Em 22 de março de 2012, sob protocolo nº 139831/2012, foram apresentadas novas informações em resposta às solicitações do Ofício nº 77166/CIE/SUIMIS/2011 bem como o Projeto de educação ambiental em saúde e mobilização social do município de Araputanga / MT.

Em 09 de setembro de 2012 foi emitido o Relatório de inspeção nº 365/CGRS/SUIMIS/2012 referente a vistoria realizada no dia 30 de julho de 2012 nas obras de instalação do complexo.

Em 04 de maio de 2015, sob protocolo nº 210006/2015, foram juntados documentos referentes aos transbordos dos municípios de Lambari D'Oeste, Araputanga, e Figueirópolis.

Em 23 de dezembro de 2014, sob protocolo nº 703951/2014, o processo recebe a juntada de um pedido de ampliação (Licença Prévia de Ampliação) para que o mesmo atenda também os municípios de Figueirópolis, Glória D'Oeste, Jauru, Lambari D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco e Salto do Céu. Esta solicitação será analisada posteriormente e emitido um outro Parecer Técnico.

Em 30 de setembro de 2015, sob protocolo nº 514144/2015, foi juntado ao processo o pedido de renovação da Licença de Instalação nº 59539/2011, considerando o projeto inicial que atenderá os municípios de Mirassol D'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Indaiá e Curvelândia juntamente com as cópias das publicações dos pedidos de licenciamento e Anotação de Responsabilidade Técnica.

Em 14 de abril de 2016 foi emitido o Ofício nº 120290/CPLRES/SUIMIS/2016 informando que os processos de licenciamento ambiental das estações de transbordos serão analisados a parte do processo de licenciamento do complexo.

Em 10 de novembro de 2016 foi realizada nova vistoria nas obras do complexo onde foi gerado o Relatório de inspeção nº 996/GRUH/CPLRS/SUIMIS/2017.

Em 12 de janeiro de 2017 foi gerado o Ofício de pendências nº 12533/GRUH/CPLRS/SUIMIS/2017 com solicitações para continuidade das análises do pedido de renovação da Licença de Instalação considerando o projeto inicial e do pedido de ampliação para atendimento aos novos municípios que serão atendidos pelo complexo, Ofício este que será analisado quando ao seu atendimento nesse Parecer Técnico considerando também o pedido de Licença de Operação para o projeto inicial.

No dia 17 de novembro de 2017, sob o protocolo nº 621090/2017, foi solicitada a Licença de Operação para o complexo considerando o projeto inicial juntamente com as cópias das publicações do pedido de licenciamento e Anotação de Responsabilidade Técnica.

### 3 – ANÁLISE

Trata-se de requerimento de Licença de Instalação de um Aterro Sanitário para atender a demanda de resíduos sólidos das cidades São José dos Quatro Marcos, Mirassol D'Oeste, Indaiavá, Curvelândia e Araputanga, com volume gerado diariamente estimado em **35 toneladas**, caso o aterro sanitário viesse a receber toda esta demanda, no entanto a Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 estabelece a necessária coleta seletiva e educação ambiental, assim prevê diminuir este volume, para aproximadamente **20 toneladas por dia**, considerando os anos de 2.017 a 2.060 como período de geração.

O projeto prevê Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e de Saúde, composto por Aterro Sanitário, Usina de Triagem, Compostagem e Autoclave, localizada na cidade de Mirassol D'Oeste.

#### 3.1 ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O pedido de renovação da Licença de Instalação será analisado considerando o atendimento as pendências listadas no Ofício 77166/CIE/SUIMIS/2011.

**3.1.1 Solicitação 1** - Apresentar o cronograma para implantação do "FORUM LIXO E CIDADANIA", definindo estratégias de ação, de forma a atuar em cada cidade envolvida. **Análise:** Foi apresentado um plano descritivo para implementação do Fórum municipal de lixo e cidadania condizente com as ações a serem realizadas para criação do mesmo. **Item atendido.**

**3.1.2 Solicitação 2** - Apresentar o "PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL" com objetivo de sensibilizar a população de forma a atuar em cada cidade do projeto, envolvendo toda a população moradora (escolas, comércios e indústrias, associações de classe e de moradores, clube de mães, entre outros), com vistas a redução do consumo, a reutilização e reciclagem de materiais, a considerar a necessidade de parcerias com entidades públicas e privadas. **Análise:** Os Planos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos apresentam os Programas de educação ambiental aplicáveis aos municípios. **Item atendido.**

**3.1.3 Solicitação 3** - Apresentar e detalhar com o respectivo cronograma de execução o PROJETO DE COLETA SELETIVA, a ser estabelecida para cada cidade envolvida. **Análise:** Os Planos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos apresentam os Projetos de coleta seletiva aplicáveis aos municípios. **Item atendido.**

**3.1.4 Solicitação 4** - Apresentar o PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS, conforme solicitações anteriores. **Análise:** Foram apresentados o Planos de gerenciamento de resíduos sólidos. **Item atendido.**

**3.1.5 Solicitação 5** - Apresentar o plano de recuperação de área degradada onde está os atuais lixões das cidades, que deve levar em consideração cada área afetada, suas características, volume de resíduo (lixo) depositado, nível de afetação do solo, subsolo, aquífero livre, cursos d'água e vegetação, bem como estabelecer como se dará a remoção do material depositado, seu destino e a recuperação da área degradada. **Análise:** Foram apresentados os Planos de recuperação das áreas degradadas dos lixões. **A execução dos Planos de recuperação será uma condicionante da Licença de Operação.**

**3.1.6 Solicitação 6** - Durante as obras de execução, apresentar mensalmente Relatório Ambiental detalhado, enfocando todos os aspectos ambientais das obras, medidas de controle e melhorias se necessário, inclusive relatório fotográfico das frentes de trabalho, demonstrando não conformidades (caso sejam identificadas), medidas corretivas e oportunidades de melhorias, a contar do início das obras de instalação do canteiro, a ser elaborado pelo técnico responsável devidamente habilitado com a respectiva ART/CREA. **Análise:** Foram apresentados relatórios consolidados da execução da obra e houve também diversas vistorias realizadas pela equipe da Coordenadoria de Políticas e Licenciamento de Resíduos Sólidos. **Item atendido.**

**3.1.7 Solicitação 7** - Apresentar relatório semestral de acompanhamento da execução do Plano de Recuperação de Área Degradada - PRADE, por um período de 2 anos, ou maior tempo caso seja

recomendado pelo engenheiro responsável pela execução, a ser elaborado pelo técnico responsável devidamente habilitado com a respectiva ART/CREA. **Análise:** Foram apresentados os Planos de recuperação das áreas degradadas dos lixões. **A execução dos Planos de recuperação será uma condicionante da Licença de Operação.**

**3.1.8 Solicitação 8** - Nas frentes de obras, preferencialmente deve-se fazer uso de privadas químicas, que devem ser gerenciadas por profissional devidamente habilitado. **Análise:** Item considerado como uma recomendação atendida. **Item atendido.**

**3.1.9 Solicitação 9** - Durante as obras, o gerenciamento de resíduos sólidos, de construção civil, industrial e doméstico, deve ser feito de acordo com o Plano de Gerenciamento de Resíduos, com atenção especial para graxos e oleosos, atentando para a forma de acondicionamento de óleo lubrificante usado, estopas e graxas, e destino final destes, que deve atender as normas ambientais pertinentes. **Análise:** Item considerado como uma recomendação atendida. **Item atendido.**

**3.1.10 Solicitação 10** - Apresentar ART/CREA de todos os profissionais envolvidos nas obras do empreendimento. **Análise:** Foi apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica da Engenheira Sanitarista Ruth Rangel como responsável técnico. **Item atendido.**

**3.1.11 Solicitação 11** - Apresentar cópia de licenças de jazidas de materiais minerais que forem usadas no empreendimento. **Análise:** Foi informado que este item será atendido durante a fase de implantação do complexo. **Este item será novamente solicitado.**

**3.1.12 Solicitação 12** - Considerando que o sistema de tratamento de efluentes estabelecido no projeto não previu sistema para controle de patogênicos, apresentar proposta de um dispositivo para tal, o qual sugerimos avaliar a possibilidade de instalar uma lagoa de maturação para polimento final do descarte. **Análise:** O complexo contará com um sistema de tratamento de efluente composto por lagoas de estabilização. **Como condicionante da Licença de Operação, deverá ser realizado o monitoramento do efluente tratado.**

**3.1.13 Solicitação 13** - Apresentar o requerimento de outorga para descarte do efluente tratado. **Análise:** Foi informado que não haverá descarte de efluente e que o mesmo será recirculado no maciço durante os três primeiros anos e que posteriormente será apresentada outra solução. **Item atendido.**

Diante do exposto, considerando o cumprimento de parte das solicitações e da reapresentação

das demais e outras necessárias para manutenção do licenciamento, deferimos a renovação da Licença de Instalação.

### 3.2 Análise do Pedido de Licença de Operação

O pedido de Licença de Operação será analisado considerando o atendimento as pendências 4, 5, 6 e 7 do Ofício de pendências nº 12533/GRUH/CPLRS/SUIMIS/2017. As solicitações 1 (referente ao novo Programa de educação ambiental), 2 (que trata do novo Projeto de coleta seletiva) e 3 (novo Plano de gerenciamento de resíduos sólidos) serão analisadas com o objetivo de recomendar o Estudo de Impacto Ambiental ou a submissão ao CONSEMA para dispensa do mesmo.

**3.2.1 Pendência 4** - Apresentar os projetos do sistema de tratamento e infiltração de efluentes no solo dos despejos da guarita / balança com Anotação de Responsabilidade Técnica de profissional habilitado. **Análise:** Foi apresentado o Projeto do sistema de tratamento de efluentes da guarita composto por fossa séptica e filtro anaeróbio bem como a infiltração do efluente tratado no solo por sumidouro. Ao projeto apresentado foi emitida a Anotação de Responsabilidade Técnica. **Item atendido.**

**3.2.2 Pendência 5** - Apresentar protocolo de solicitação de outorga para captação de águas subterrâneas. **Análise:** Foi apresentado espelho do protocolo nº 377430/2017 de 17 de julho de 2017. **A apresentação da Outorga de captação de águas subterrâneas será considerada como condicionante para Licença de Operação.**

**3.2.3 Pendência 6** - Providenciar a manutenção das estruturas instaladas no aterro sanitário. Durante a vistoria foram identificadas fissuras no sistema de impermeabilização, vegetação no sistema de coleta de águas pluviais e falta de dispositivos para captação dos líquidos originados do pátio de compostagem. **Análise:** Foi apresentado relatório fotográfico do complexo demonstrando a conformidade das estruturas instaladas. Também foi realizada uma vistoria em 5 de dezembro de 2017 onde foi gerado o Relatório de Inspeção nº 690/GRUH/CPLRS/SUIMIS/2018. **Item atendido.**

**3.2.4 Pendência 7** - Atualizar com dados atuais do IBGE o estudo de produção de resíduos sólidos dos municípios e alcance do projeto com horizonte superior a 15 anos, com cenários de disposição no aterro sanitário considerando o aterramento de todo o volume gerado e as demais proposições com os programas de coleta seletiva. **Análise:** Foi apresentado um estudo de estimativa populacional considerando os dados dos Censos de 1.980, 1.991, 2.000 e 2.010 e construída um quadro de evolução populacional. Comparando a estimativa populacional para área urbana prevista para o ano de 2.017 conforme o estudo apresentado e os dados de previsão de população do site "Cidades" - Brasil em Síntese, que é o sistema agregador de informações do IBGE sobre os municípios e estados do Brasil, observa-se que os dados apresentados são condizentes com os divulgados pelo IBGE. O quadro evolutivo de população, geração de resíduos, coleta seletiva, disposição de resíduos e ocupação do aterro sanitário garante uma vida útil de 47 anos e a disposição média diária aproximada

de 20 toneladas por dia, condizentes com a Resolução CONAMA 308 de 2002 que Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos. **Item atendido.**

#### 4 – CONDICIONANTES DA LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO

4.1 Assim que cessada a utilização dos lixões, executar os Planos de recuperação das áreas degradadas apresentados. Deverá ser enviado um relatório fotográfico apresentando o isolamento das áreas bem como a instalação de placas proibindo a utilização destas em um prazo máximo de trinta dias a contar do encerramento dos lixões;

4.2 Apresentar semestralmente um Relatório de execução dos Planos de recuperação das áreas degradadas pelos lixões;

4.3 Apresentar semestralmente, preferencialmente nos períodos sazonais de chuva e seca, um Relatório do monitoramento da qualidade dos efluentes bruto, tratado e entre os constituintes do sistema de tratamento bem como um balanço hídrico com dados de precipitação, geração, recirculação e evaporação do efluente;

4.4 Como condição para início da Operação, deverá ser apresentada a Outorga de captação de águas subterrâneas;

4.5 Apresentar semestralmente, preferencialmente nos períodos sazonais de chuva e seca, um Relatório do monitoramento do recebimento dos resíduos no complexo com informações de ocupação do aterro sanitário, tratamento e codisposição dos resíduos hospitalares, compostagem, central de triagem e reciclagem e demais informações pertinentes a operação do complexo.

#### 5 – CONCLUSÃO


Após análise do processo de licenciamento, verificamos que o projeto apresentado visando a implantação do aterro sanitário, considerando as informações apresentadas pela responsável técnica **Engenheira Sanitarista Ruthe Barbosa de Oliveira Gasparini** e os documentos do processo, deferimos a **renovação da Licença de Instalação e emissão da Licença de Operação para o Complexo de Destinação e Disposição de Resíduos Sólidos Domiciliares, Unidades de Triagem, Compostagem e Autoclave** a ser implantado na cidade de Mirassol D'Oeste para recebimento dos resíduos originados da coleta domiciliar urbana dos municípios de Araputanga, Curvelândia, Mirassol D'Oeste, Indaiavai e São José dos Quatro Marcos.

Salientamos que a presente Licença não dispensa e nem substitui Alvará ou Certidão de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, bem como não autoriza a extração e ou comercialização de produtos de origem florestal.

Ressalvamos, porém, que o presente Parecer, não exime os responsáveis em qualquer época, dos exames e eventuais exigências que venham a ser feitas pela SEMA, assim como qualquer alteração no projeto deverá ser previamente comunicada para apreciação, sob pena das aplicações das medidas legais cabíveis.

Este é o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Cuiabá - MT, 09 de fevereiro de 2018

  
Ricardo de Sousa Carneiro  
Analista de Meio Ambiente  
CREA 120408182-4  
SEMA - MT